

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v15.n36.04>

Mediadores e intermediários da leitura literária na era digital

Mediators and intermediaries of literary reading in the digital age

Edgar Roberto Kirchof¹
Augusto Russini²

Resumo: Com foco nas transformações e desdobramentos da utilização das tecnologias digitais no campo das práticas literárias, sobretudo as relacionadas ao processo de mediação, o presente artigo tem, como objetivo, refletir sobre as mudanças e as novas possibilidades das ações de mediação de leitura, as quais mesclam a ação humana e o uso das tecnologias digitais. O estudo busca fundamentação teórica no campo dos Estudos Culturais, perpassando por conceitos como mediação, intermediários culturais, mediadores de leitura. Além disso, traz uma reflexão sobre mediação e cultura literária na era digital. Uma das conclusões a que foi possível chegar neste estudo é que o significado do conceito de mediação não é consensual nos vários campos em que é empregado, tampouco as suas implicações enquanto ferramenta teórica e metodológica, embora esteja presente em diversas frentes, dentre elas nas discussões sobre as práticas literárias. No atual cenário atravessado pelas mídias digitais, as práticas e os processos de mediação vêm passando por uma série de transformações e deslocamento, com destaque para a plataformação da leitura e para o uso de algoritmos como agentes de mediação.

Palavras-chave: Mediação. Intermediário Cultural. Leitura. Tecnologias Digitais.

Abstract: Focusing on the transformations and consequences of the use of digital technologies in the field of literary practices, especially those related to the mediation process, in this article we present some of the changes and new possibilities of reading mediation actions, which merge the human action and the use of digital technologies. The study draws theoretical foundation from the field of Cultural Studies. In the first part, we discuss the concepts of mediation, cultural intermediaries and reading facilitators. In the second part, we discuss some of the main questions regarding mediation and literary culture in the digital age. One of the findings of this article is that there is no real consensus as to the meaning of the concept of mediation nor as to its theoretical and methodological implications, although it is currently used in several theoretical fields, among them the discussions about literary practices.

¹ Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

² Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

In the context of digital media, mediation practices and processes have been undergoing a series of transformations and displacements, such as the platformization of reading and the use of algorithms as mediation agents.

Keywords: Mediation. Cultural Intermediary. Reading. Digital Technologies.

Introdução

No presente artigo, apresentamos uma discussão sobre o conceito de mediação para, em seguida, abordarmos algumas das principais transformações desencadeadas pelas tecnologias digitais no campo das práticas de leitura. O texto está estruturado a partir de dois grandes blocos: o primeiro, dedicado a uma reflexão sobre os fenômenos da mediação no campo dos Estudos Culturais; o segundo, dedicado ao campo mais específico da leitura e da leitura literária, com ênfase, ao final, sobre o atual contexto das tecnologias digitais. No primeiro bloco, após apresentarmos um breve panorama sobre a diversidade epistemológica em torno do termo ‘mediação’, trazemos uma síntese do modo como o conceito foi proposto e desenvolvido no campo dos Estudos Culturais latino-americanos, notadamente, a partir do pesquisador colombiano Jesús Martín-Barbero. Além disso, também discutimos o conceito de *intermediário cultural*, originalmente proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e posteriormente desenvolvido pelos teóricos dos Estudos Culturais Britânicos. Já no segundo bloco, a centralidade recai, inicialmente, sobre o modo como as questões da mediação vêm sendo tratadas no campo das Letras e, na sequência, há uma discussão sobre os principais deslocamentos produzidos nas práticas de leitura devido à introdução de mídias e plataformas digitais na cena contemporânea.

Argumentamos que várias funções desempenhadas, no campo literário, por mediadores da leitura, vêm sendo deslocadas e transformadas, nos últimos anos, por atores humanos e não humanos (Latour,

2012) associados ao universo das mídias digitais. Ao mesmo tempo em que esses deslocamentos criam possibilidades de experimentação estética e literária, de inclusão, de ativismo e engajamento político, eles também colocam uma série de desafios para a cultura literária, principalmente para as suas instituições e seus agentes, tais como a produção automatizada de signos, a modulação da informação, a intermediação através de algoritmos e serviços de recomendação, a proliferação de intermediários culturais e a plataformização do trabalho realizado, até então, por agentes dedicados à mediação, tais como os professores e os bibliotecários.

O que é mediação?

Etimologicamente, a palavra ‘mediação’ provém dos termos latinos ‘medium’ (substantivo neutro), ‘medius’ (adjetivo) e ‘mediare’ (verbo), os quais possuem, em comum, significados como ‘estar no meio de algo’, ‘estar no centro’, ‘ser algo intermediário’, ‘dividir pela metade’. Para ilustrar, é possível citar alguns enunciados formulados por pensadores e escritores romanos com o termo ‘medium’ que acabaram se transformando, posteriormente, em célebres ditados. Em uma de suas cartas (Livro 1, 18), Horácio, por exemplo, escreveu que “A virtude é um meio entre dois vícios” (*Virtus est medium vitiorum*) (FAIRCLOUGH, 1929). Ovídio (1983, p. 32), nas *Metamorfoses*, narra a história do filho mortal de Febo que pede, ao pai, permissão para dirigir seu carro divino conduzido por cavalos alípedes. Após Febo enfatizar os perigos que envolvem esse pedido, acaba fornecendo uma série de conselhos ao filho para que conduza com segurança, destacando-se, entre suas admoestações, que “O meio é o caminho mais seguro” (*Medio tutissimus ibis*). Nas línguas neolatinas e no português, ‘medium’ deu origem a uma série de lexemas, como, entre outros, ‘meios’, ‘mídias’, ‘médio’, ‘média’, ‘mediano’. Em uma perspectiva muito ampla e genéri-

ca, portanto, todas essas palavras pressupõem que algo está situado entre dois ou mais elementos, e o verbo 'mediar' confere centralidade à ação de posicionar ou aos processos de posicionamento desses elementos.

Na história do pensamento ocidental, a ideia da mediação - mesmo quando o termo não tenha sido utilizado - esteve presente em muitas reflexões e teorizações envolvendo as relações do ser humano com seu próprio pensamento, com a linguagem e com o mundo que o cerca, o qual é frequentemente descrito como constituído pelos demais sujeitos, por suas práticas sociais e culturais, pelos objetos naturais e os artefatos que se inserem nessas práticas, sejam eles tangíveis ou intangíveis, materiais ou imateriais. Ao refletirem sobre o meio ou os meios que fazem a mediação entre esses elementos, diferentes pensadores destacaram, cada um à sua maneira, os efeitos e os sentidos produzidos pelo meio e pela mediação. Apenas a título de exemplo, no diálogo *Fedro*, Sócrates, ao discutir sobre a escrita como um meio para expressar o pensamento, concluiu que ela “tornará os homens mais esquecidos, pois, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras [...]” (Platão, 2000, p. 121). Visto que, na filosofia socrática, o diálogo é considerado o meio que mais se aproxima da dinâmica do pensamento dialético, Platão acreditava que, se o pensamento fosse mediado pela escrita, não seria capaz de despertar uma experiência realmente significativa de aprendizagem em seu receptor.

Alguns séculos mais tarde, Agostinho, embora tenha sido um grande admirador de Platão, divergiu de seu mestre ao considerar a escrita como uma espécie de conversa colocada no papel por um interlocutor ausente. Tomando como base o que aprendeu de Aristóteles, o filósofo hiponense considera que a escrita é um signo de sons e que estes, por sua vez, são signos do próprio pensamento. Como

nos lembra Manguel (2004, p. 31), o amor de Agostinho pela escrita era tamanho que ele desenvolveu “o hábito de ler qualquer coisa escrita que achasse, pelo puro prazer dos sons”. Tanto Platão quanto Agostinho têm plena consciência de que a escrita é um meio situado entre o pensamento e o receptor a que este se destina. No entanto, enquanto Platão desaprova esse meio por considerá-lo inadequado, Agostinho não apenas o aprova, como também estabelece, com ele, uma relação de respeito e afeto.

Nos últimos anos, o conceito de ‘mediação’ angariou grande relevância em diferentes campos teóricos voltados para o estudo de práticas sociais e culturais, tais como a antropologia e a sociologia, mas também os estudos sobre linguagem e comunicação, leitura e leitura literária. Como esclarecem Perrotti e Pieruccini (2014), historicamente, esse fenômeno está relacionado com a emergência da cultura da informação que se impôs, no Ocidente, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, dentro da qual o papel das mídias na estruturação da vida cotidiana foi se tornando cada vez mais central. Esse cenário levou vários pensadores a falarem em ‘mediação’ e ‘mediação cultural’ para se referir a distintos fenômenos relacionados com o papel das mídias, da comunicação, dos sistemas semióticos e dos grupos e agentes sociais envolvidos na produção-recepção dos sentidos que recobrem os mais diversos bens e artefatos da cultura, incluindo as artes e a literatura.

Desde então, essas questões têm se tornado objeto de estudo, pesquisa, discussões, debates e teorizações em várias disciplinas e campos teóricos, o que gerou uma série de possibilidades teóricas e metodológicas para abordar os inúmeros, variados e heterogêneos fenômenos da mediação. No campo teórico da semiótica, a ênfase recaiu, de início, sobre o papel mediador dos signos e dos sistemas semióticos. A título de exemplo, já nas décadas de 1970 e 1980, Yuri

Lotman e os demais membros da assim chamada Escola de Tartu defenderam a tese de que os códigos que usamos para criar e transmitir as informações não são neutros, pois cada um deles produz um modelo diferenciado de compreensão da realidade: “estudando todo o conjunto dos sistemas de signos que constituem o objeto da Semiótica, é possível estabelecer que os vários sistemas de signos modalizam o mundo de diferentes maneiras” (Zalizniak; Ivanov; Toporov, 1979, p. 81). Para os estudiosos da Escola de Tartu, na linguagem da matemática, por exemplo, a realidade se apresenta de forma extremamente abstrata, ao passo que a religião e a arte apresentam o mundo de forma concreta e polissêmica. O jogo, por sua vez, enquanto código, se aproxima da arte, na medida em que se opõe à seriedade que caracteriza os códigos científicos.

Já nos Estudos da Comunicação, a centralidade recaiu sobre o papel exercido pelos meios de comunicação - ou mídias - como mediadores entre as mensagens e seus públicos. Um dos pensadores mais influentes quanto às discussões iniciais em torno dessa questão foi o canadense Marshall McLuhan. No livro *Understanding Media*, de 1964, McLuhan propôs uma das mais controvertidas e produtivas teses sobre a relação entre os meios e as mensagens, a saber, a ideia de que ‘o conteúdo de uma mídia é sempre uma outra mídia’: “O conteúdo da escrita é a fala, do mesmo modo como a palavra escrita é o conteúdo do impresso, e o impresso é o conteúdo do telégrafo” (McLuhan, 1994, p. 10). Apesar de um tanto herméticas, as teses de McLuhan se revelaram extremamente produtivas e influentes, a julgar pelo número de pesquisadores e quadros teóricos que vieram a incorporá-las posteriormente. Bolter e Grusin (2000, p. 45), por exemplo, após refutarem interpretações muito literais da célebre frase de MacLuhan ‘o meio é a mensagem’, argumentam que o teórico canadense estaria se referindo ao fato de que, na história do Ocidente, quando surge uma nova

mídia, ela geralmente incorpora elementos de uma mídia anterior ou a representa de uma determinada maneira. Baseando-se em McLuhan, os próprios autores cunharam o conceito 'remediação' para se referir à representação de uma mídia por outra, além de defenderem a tese de que "a remediação é uma característica definidora das mídias digitais" (BOLTER e GRUSIN, 2000, p. 45).

Dos meios às mediações: a perspectiva dos Estudos Culturais Latino-Americanos

Na tradição dos Estudos Culturais, o teórico latino-americano Jesús Martín-Barbero (1997) realizou um deslocamento radical em relação às teorizações alinhadas com a tradição de McLuhan. Essas teorizações, embora sejam refinadas e potentes para pensar sobre o papel mediador dos meios/das mídias na produção dos signos - o qual envolve agentes que fazem uso dos meios e dos sistemas semióticos disponíveis em seus contextos para produzir e fazer circular mensagens tendo em vista determinados tipos de públicos ou audiências -, deixaram pouco espaço para pensar sobre os públicos receptores enquanto sujeitos concretos e não como meras posições ou funções previstas nas próprias mensagens. Com o objetivo de criar um contraponto a essa perspectiva epistemológica, Martín-Barbero defendeu que os estudos da comunicação deveriam ser uma "questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimento." (1997, p. 16).

Inspirado, entre outros, em autores dos Estudos Culturais Britânicos como Richard Hoggart e Raymond Williams, bem como em intelectuais latino-americanos como Beatriz Sarlo e Nestor Garcia Canclini, Martín-Barbero propôs um "deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a

partir de seus usos.” (Martín-Barbero, 1997, p. 16) Na proposta de Martín-Barbero, os sentidos que emergem no ato da comunicação não se restringem, de forma unilateral, ao polo da produção, pois a comunicação, em sua visão, é um processo cultural e, portanto, envolve uma interrelação complexa e dinâmica entre produtores, meios, mensagens, produtos e receptores, sendo atravessada por lutas constantes pela hegemonia - um conceito gramsciano utilizado no campo teórico dos Estudos Culturais britânicos. Como esclarece Dantas (2008), ao incorporar o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, Martín-Barbero foi capaz de incluir, em sua teoria das mediações, tanto as questões relativas aos sistemas de dominação cultural quanto às práticas de resistência dos receptores em relação às culturas hegemônicas. Sendo assim, Martín-Barbero não posiciona a questão da mediação apenas no âmbito cultural e social, mas também no âmbito político.

De acordo com Bastos (2008), na teorização de Martín-Barbero, o conceito das *mediações* permite equacionar “as diferentes apropriações, recodificações e ressignificações que ocorrem na produção e recepção dos produtos comunicacionais.” (Bastos, 2008, p. 64). Um aspecto importante relativo a esses processos é que são, acima de tudo, práticas de produção de sentido. Ao discutir sobre os conceitos de consumo e de leitura propostos por Canclini e Sarlo, respectivamente, Martín-Barbero caracteriza da seguinte forma ambas essas práticas:

Se entendemos por leitura ‘a atividade por meio da qual os significados são organizados num sentido’, resulta que na leitura - como no consumo - não existe apenas reprodução, mas também produção, uma produção que questiona a centralidade atribuída ao texto-rei e à mensagem entendida como lugar da verdade que circularia na comunicação. Levar a centralidade do texto e da mensagem à crise implica assumir como constitutiva a assimetria de demandas e competências encontradas e negociadas a partir do texto.

Em termos conceituais, as *mediações* podem ser entendidas como os ‘filtros’, ‘vetores’ ou simplesmente como elementos socioculturais que atuam sobre o modo como um receptor se apropria das mensagens em um contexto específico, embora esses elementos não sejam abstratos ou dados *a priori*. Nos termos de Dantas (2008, p. 5), “as mediações seriam estratégias de comunicação em que, ao participar, o ser humano se representa a si próprio e o seu entorno, proporcionando uma significativa produção e troca de sentidos”. Essas estratégias são múltiplas e variadas, podendo ser elencados, entre outros, os seguintes aspectos que elas recobrem: “Estruturais (classe social, experiências, conhecimentos, família, etc.); Institucionais (escola, igreja, política, esporte, etc.); Conjunturais (modo de enxergar a vida, acervo cultural, etc.); Tecnológicos (televisão, rádio, cinema, etc.)” (Dantas, 2008, p. 5). Tendo em vista essa perspectiva ampla, as discussões teóricas alinhadas com a teoria latino-americana das mediações passaram a focalizar os elementos culturais que interferem nas práticas de produção de sentido em que se enredam os receptores das mensagens produzidas pelas mídias, os consumidores das mercadorias e dos artefatos criados pelas indústrias culturais e pelas mais variadas corporações, os leitores dos textos escritos, enfim, todos os sujeitos situados no polo da recepção de mensagens e do consumo de produtos culturais.

Os intermediários culturais: de Pierre Bourdieu aos Estudos Culturais britânicos

É importante destacar também o conceito de ‘intermediário cultural’, que é central, no campo dos Estudos Culturais britânicos, para compreender o papel estratégico desempenhado por determinados sujeitos e grupos sociais na produção de sentidos que recobrem os produtos e artefatos que circulam na sociedade. Esse conceito foi

proposto, originalmente, pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, em 1979, na obra *A distinção: crítica social do julgamento*. Em linhas gerais, naquele estudo, Bourdieu procurou evidenciar como são produzidas e naturalizadas as mais diversas formas de diferenciação entre os grupos sociais, contemplando aspectos simbólicos como, por exemplo, atitudes e comportamentos, mas sua ênfase principal recaiu sobre a produção social e cultural do “gosto”. De forma simplificada, é possível dizer que, para Bourdieu, o gosto está relacionado às maneiras singulares como uma determinada classe social se apropria de um bem cultural, na medida em que suas práticas de apropriação acabam produzindo um senso de distinção dessa classe em relação às demais. Um dos artefatos a que Bourdieu recorreu como objeto de estudo foi a arte, mais especificamente, o modo como grupos pertencentes a diferentes classes sociais se apropriam de obras de arte, conferindo sentidos diferenciados não apenas às próprias obras, mas também e principalmente às identidades e aos ‘estilos de vida’ associados com o seu consumo.

Um dos exemplos citados por Bourdieu é o modo como o Modernismo e as escolas da vanguarda europeia produziram um tipo de arte que impõe o primado da forma sobre a função e, dessa maneira, demandam, para a fruição, o conhecimento dos complexos programas poéticos que regem a sua produção (Bourdieu, 2007, p. 35). Como consequência, na recepção dessas obras por diferentes classes sociais, houve uma cisão entre, de um lado, as classes educadas para reconhecer esses programas, formadas pelas *élites* e, de outro lado, as classes *populares*, que, por não serem iniciadas na complexa hermenêutica necessária para a fruição desse tipo de arte, “diverte-se com as intrigas orientadas, do ponto de vista lógico e cronológico, para um *happy end* e ‘sente-se’ melhor nas situações e nos persona-

gens simplesmente desenhados que nas figuras e ações ambíguas e simbólicas ou nos problemas enigmáticos do teatro [...]”.

Nesse cenário formado por diferentes classes sociais, a pequena burguesia europeia se destaca pelo apreço que nutre pelos bens culturais associados com o gosto das elites, especialmente obras artísticas herméticas e complexas, apesar de não possuir a formação necessária para compreender suas propostas poéticas. Por essa razão, precisa recorrer aos assim chamados *intermediários culturais*, agentes sociais que possibilitam que um público não iniciado seja capaz de consumir bens culturais caracterizados por formalismos e complexidades. Evidentemente, ao realizarem a mediação entre, de um lado, a estética clássica da arte, o formalismo literário e o rigor científico e, de outro, um público consumidor não iniciado, mas ávido de informações rápidas e acessíveis, as ações dos intermediários culturais são marcadas por tensionamentos, o que muitas vezes exige, desses agentes, um processo de legitimação. Dessa forma, eles ocupam um espaço entre o legítimo (representado pelo artístico e pelo conhecimento científico) e os meios de distribuição (assumindo uma dimensão de artesão do conhecimento – não um profissional como um professor ou crítico de arte, por exemplo, mas um operador entre o bem cultural e o consumidor). Nos termos de Morris (2015, p. 449),

Os intermediários [...] são atores contextualmente específicos que estão envolvidos no enquadramento das interações entre os bens culturais e aqueles que os encontram, e eles o fazem em virtude da legitimidade cultural que eles acumulam (ou seja, uma legitimidade que vem de uma capacidade demonstrada de executar e ser reconhecido como um intermediário em um determinado campo).

Como se percebe, para Bourdieu (2007), o gosto é uma construção social que ultrapassa tanto o individualismo psíquico quanto o aspecto meramente econômico e congrega aspectos como a educação

escolar e seus aparatos de validação, como os diplomas, a herança cultural familiar e ações como frequentar museus, concertos, exposições. Uma das principais contribuições de Bourdieu para os estudos da estética, da arte e da literatura, portanto, é a tese de que o gosto não se restringe a uma questão puramente psíquica, emocional e subjetiva, pois se configura como um território onde ocorre a produção de sentidos que refletem as práticas culturais de um determinado grupo social juntamente com todo o seu aparato subjetivo e simbólico de legitimação. Além disso, ao mesmo tempo em que o gosto promove a união entre os grupos que se identificam com processos semelhantes de legitimação dos bens culturais, também fomenta a aversão em relação às preferências de outros grupos.

No campo dos Estudos Culturais britânicos, esse conceito bourdieusiano passou a ser empregado de um modo muito mais amplo: ao invés de demarcar apenas um tipo de agente social encarregado de ‘traduzir’ certos códigos culturais para grupos sociais ávidos por se identificar com os gostos, preferências e estilos de vida reconhecidos como da elite, o intermediário cultural passou a ser visto como qualquer agente considerado legítimo para produzir discursos e representações sobre os artefatos culturais com a finalidade de articular a produção e o consumo. Em um estudo clássico sobre o *Sony walkman*, por exemplo, Paul du Gay et al. (2003) enfatizaram o papel dos designers de produtos como intermediários:

Designers podem ser considerados como intermediários culturais (termo emprestado de Bourdieu, 1984). Com este termo, Bourdieu está se referindo àquele grupo de trabalhadores que possuem um papel importante de promover o consumo através da associação aos produtos e serviços de significados e estilos de vida particulares com os quais consumidores irão se identificar. (Du GAY et al., 2003, p. 62).

A mediação e os mediadores da leitura

Na área da Educação e do Ensino da Língua Portuguesa, no Brasil, como apontam Rosângela Hammes Rodrigues e Nívea Rohling (2014), o conceito de ‘mediação’ adquiriu centralidade a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, quando as teorias de autores como Paulo Freire, Lev Vygotsky e Mikhail Bakhtin sobre a linguagem passaram a ser incorporadas por pesquisadores brasileiros. Apesar de terem desenvolvido teorias distintas entre si, esses pensadores têm, em comum, o fato de considerarem o ato da leitura, bem como qualquer prática de aprendizagem, como uma produção de sentidos e não como uma simples apreensão de ideias fixas e de conceitos pré-estabelecidos. No âmbito de sua teoria da aprendizagem como um processo dialético, Paulo Freire cunhou o termo ‘educação bancária’ para criticar o ensino focado na mera ‘transmissão de conhecimento’. Lev Vygotsky, por sua vez, propôs o termo *mediação* para se referir “a um processo complexo, em que o sujeito, na interação com o outro e com o meio, torna intrassubjetivos os conhecimentos construídos e compartilhados no âmbito do intersubjetivo, no interior das atividades humanas” (Rodrigues; Rohling, 2014, p. 419).

Como ressaltam Rodrigues e Rohling (2014, p. 419), visto que a concepção vygotskyana da ‘mediação’ está muito próxima da teoria bakhtiniana da ‘interação’ - uma vez que Bakhtin também concebe a linguagem como um construto social e histórico com o qual o sujeito interage para construir sua própria subjetividade -, esses referenciais teóricos acabaram convergindo e contribuíram para a consolidação de uma nova discursividade sobre o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem: de ‘transmissor de conteúdos’, o professor se transformou, a partir de então, em um ‘mediador’ posicionado entre o aluno, de um lado, e seu processo de construção da aprendizagem, de

outro. Essa nova concepção se tornou tão naturalizada na comunidade acadêmica brasileira que, em 1998, foi assimilada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Nesse documento, o aluno é colocado como sujeito de sua própria aprendizagem, e o professor, enquanto mediador, deve guiá-lo e auxiliá-lo no processo de construção do seu conhecimento: “Essa prática [educativa] pressupõe que os alunos sejam sujeitos de seu processo de aprendizagem e que construam significados para o que aprendem [...], tendo, para tanto, o professor como mediador (BRASIL, 1998, p. 81).

Ao ser incorporada pelo campo mais específico de estudos da leitura e, de forma especial, do ensino da literatura, a mediação se tornou um conceito-chave para pensar sobre o papel do professor e de outros profissionais no processo de formação de leitores. Visto que, na perspectiva interacionista, o processo da leitura é uma interlocução entre o leitor, o texto e o autor, as discussões sobre o tipo de mediação a ser realizada pelo professor ressaltaram que ele não deve assumir o papel de uma simples testemunha que não interfere no processo, mas tampouco o papel de alguém que dirige e determina os sentidos do que o aluno lê, de forma autoritária e fechada. Antes, como explicam Fonseca e Geraldi (p. 84), “o professor, no processo da leitura de seu aluno, deve ser um interlocutor presente, que responde-pergunta sobre questões levantadas pelo processo que se executa.” Em poucos termos, se ler é produzir sentidos com base na interação com um texto, um bom mediador não deve ser omissivo e tampouco diretivo, mas alguém que ajuda a provocar e a aprofundar o diálogo do leitor com os textos.

No campo mais específico da leitura literária, como demonstrou Rildo Cosson (2020, p. 15), as práticas de mediação realizadas no âmbito escolar sempre estiveram fortemente associadas a determinados paradigmas sobre a própria definição da literatura - que muda

de paradigma para paradigma. Com base em uma pesquisa extensa sobre os paradigmas que regem o ensino da literatura no Brasil e no exterior, Cosson chegou à conclusão de que há dois principais grupos, um tradicional e outro mais contemporâneo. O primeiro abarca os paradigmas *moral-gramatical* e *histórico nacional*; já o segundo grupo é constituído pelos paradigmas *analítico-textual*, *social-identitário*, *formação do leitor* e *letramento literário* (COSSON, 2020, p. 15). Em cada um desses paradigmas, o próprio conceito de literatura é concebido de forma diferente e, por conseguinte, também há diferenças quanto ao que se entende por valor literário, pelo objetivo de ensinar literatura em instituições formais de ensino, pelo conteúdo relacionado com esse ensino, a metodologia, o papel do professor, do aluno, da escola, o lugar disciplinar da literatura no currículo, as práticas de seleção dos textos literários e do material de ensino, as atividades realizadas em aula e a avaliação dessas atividades.

Em termos amplos, tomando como fundamento a perspectiva de Martín-Barbero, todos esses elementos elencados por Cosson são possíveis mediações, pois interferem no modo como os textos literários serão apropriados, recodificados e ressignificados pelos leitores. Nesse conjunto de mediações, por outro lado, podemos destacar o professor como um agente que é, antes de mais nada, um intermediário cultural no sentido que os autores dos Estudos Culturais britânicos conferem ao termo. Independentemente de suas visões sobre o que é a literatura e sobre o que ele acredita serem os melhores métodos e materiais de ensino, em suas práticas concretas de ensino na sala de aula, o professor, enquanto intermediário cultural, produz e/ou reproduz representações e discursos sobre o campo literário, sobre os livros enquanto artefatos culturais, sobre cada autor e sobre o valor - ou sobre a ausência de valor - literário, cultural e social de cada obra trabalhada em sala de aula. Para exemplificar, um professor identifi-

cado com o paradigma tradicional *moral-gramatical* provavelmente reproduzirá, em suas aulas, enunciados como ‘a literatura é um tesouro cultural que precisa ser preservado’ ou ‘a literatura humaniza e edifica’. Já um professor que se identifica com o paradigma *social-identitário*, por sua vez, tenderá a dizer, aos seus alunos, que ‘a literatura ajuda na construção de uma sociedade mais igualitária’ ou ‘que os textos literários precisam contemplar identidades marginalizadas e não apenas hegemônicas’.

No que diz respeito às práticas de mediação da leitura realizadas pelos professores identificados com cada um desses paradigmas, é possível afirmar que, nos paradigmas tradicionais, existe uma tendência para que o professor desempenhe tarefas mais ‘bancárias’, no sentido freireano do termo, e menos dialógicas. Como esclarece Cosson (2020, p. 27), no paradigma *moral-gramatical*, por exemplo, o professor é concebido como um erudito, e seu papel “consiste basicamente em transmitir os conhecimentos que possui a respeito dos textos selecionados como material de ensino, destacando o caráter modelar dessas obras”. Nos paradigmas contemporâneos, por sua vez, predomina a consciência de que a leitura não é uma simples decodificação, mas uma prática de produção de sentidos e, por essa razão, de forma geral, as práticas de mediação estão mais centradas na aprendizagem, na interação e na “transação em que leitor e texto se condicionam e são condicionados de maneira recíproca” (COSSON, 2020, p. 177). Essa visão tem uma centralidade especial no paradigma da *formação do leitor* (p. 141), pois, em sua perspectiva, a leitura é um processo de “apropriação de texto por parte do leitor” (Barbosa; Barbosa, 2013, p. 11) e, por essa razão, a mediação é considerada como

um ato de fazer com que as palavras, os textos circulantes na sociedade, os contos, os romances, os poemas, as palavras reunidas de maneira

ética e estética numa obra, passem a fazer parte da experiência de vida do aluno (BARBOSA; BARBOSA, 2013, p. 11).

Para terminar esta seção, é importante trazer, também, uma discussão sobre práticas de mediação em contextos não escolares. Nesse sentido, destaca-se a pesquisa de natureza antropológica realizada em diferentes países e contextos sociais pela pesquisadora francesa Michele Petit (2009). Em seus estudos, Petit chegou à conclusão de que uma das funções mais frequentemente atribuídas por leitores ao redor do mundo ao ato de ler textos literários é auxiliar na construção e na reconstrução da própria subjetividade, o que ocorre “por meio de apropriações singulares, às vezes até mesmo desviando-se dos textos lidos” (2009, p. 13). Em suas inúmeras conversas e entrevistas com ávidos leitores de diferentes contextos sociais e econômicos em diferentes países, Petit descobriu que grande parte das pessoas apaixonadas pelos livros busca, nos textos, secretamente, a possibilidade de pensar e refletir sobre as suas próprias questões mais íntimas e pessoais. Sendo assim, o leitor de literatura

não consome passivamente um texto, ele se apropria dele, o interpreta, deturpa seu sentido, desliza sua fantasia, seu desejo, suas angústias entre as linhas e as mescla com as do autor. É aí, em toda essa atividade fantasmática, nesse trabalho psíquico, que o leitor se constrói (PETIT, 2013, p. 27).

Nos vários contextos pesquisados pela autora, foram encontrados uma série de agentes de mediação, os quais, mais do que transmitir conhecimentos sobre literatura ou facilitar acesso aos livros, são pessoas que, ao mesmo tempo em que compartilham suas próprias experiências enquanto leitores, também transmitem sua paixão pelos livros, pela leitura, pelas histórias, pela poesia. Como ressalta Petit, esse papel não se restringe ao professor, uma vez que também é frequentemente desempenhado por “um bibliotecário ou, às vezes, um

livreiro, um assistente social ou um animador voluntário de alguma associação, um militante sindical ou político, até um amigo ou alguém com quem cruzamos” (Petit, 2010, p. 149). Como se percebe, nessa perspectiva antropológica, as práticas de mediação não se circunscrevem ao ambiente escolar e estão atravessadas sobremaneira pela experiência subjetiva e por questões da ordem do desejo, do inconsciente e do afeto.

Mediação e cultura literária na era digital

Nas últimas décadas, em função do desenvolvimento e do acesso cada vez mais generalizado às tecnologias digitais, praticamente todas as dimensões da vida humana passaram a ser mediadas por essas tecnologias. Como não poderia deixar de ser, também no campo da leitura e da cultura literária, tanto em sua dimensão escolarizada quanto não-escolarizada, houve uma série de deslocamentos e transformações em decorrência do fato de que a maior parte das práticas de produção, distribuição e consumo de textos ocorre, agora, em aparelhos computacionais. O livro de papel, que até então havia sido o principal meio de manifestação dos textos literários, foi desmaterializado e hoje é criado através de softwares de programação para ser lido nas telas de computadores e aparelhos móveis. Consequentemente, as práticas de escrita e leitura vêm se deslocando de forma inexorável para o universo das mídias digitais e, dessa forma, várias funções até então desempenhadas, no campo literário, por mediadores da leitura, como professores, bibliotecários e outros agentes, vêm sendo assumidas, nos últimos anos, por outros atores associados ao universo dessas mídias, que podem ser humanos e não humanos (LATOURET, 2012).

Diante da importância de refletir sobre esse cenário emergente, mas levando em conta a impossibilidade de apresentar, em um breve artigo, uma discussão aprofundada e abrangente sobre a temática,

a seguir, destacamos apenas que um dos principais deslocamentos recentes decorre do fato de que grande parte das práticas de leitura e escrita, atualmente, estão ocorrendo dentro das plataformas digitais e, por essa razão, estão sendo conformadas à lógica da *plataformização*. De um ponto de vista técnico, uma plataforma pode ser definida como um tipo de “arquitetura digital programável projetada para organizar interações entre usuários – não apenas usuários finais, mas também entidades corporativas e órgãos públicos.” (Van DIJCK; POELL; De WALL, 2018, p. 9).

Não é preciso muito esforço para perceber que a maior parte de nossas interações sociais, comerciais e de lazer, hoje, são realizadas através de plataformas digitais e, portanto, estão sujeitas às lógicas e aos processos de mediação que estão na base dessas plataformas. De forma muito resumida, os principais processos que definem a lógica de funcionamento das plataformas digitais são a extração ou coleta sistemática dos dados dos usuários, o processamento algorítmico desses dados e a circulação/monetização com base nesse processamento (VAN DIJCK; POELL; De WALL, 2018, p. 4). Como esclarece Grohman, baseado em Couldry e Hepp (2017), a lógica de extração de dados associada ao processamento algorítmico gerou a ‘datatificação da sociedade’, pois os dados processados por algoritmos se tornaram um tipo altamente rentável de capital: “a extração de dados não é mera coleta de informações, mas extração de valor e recursos, sendo, pois, os algoritmos e os dados uma antessala para o capitalismo de plataformas” (Grohman, 2020, p. 110).

Embora atualmente a ecologia das plataformas digitais seja dominada por cinco grandes corporações - Google, Facebook, Amazon, Microsoft e Apple -, estas não são as únicas responsáveis pelo seu funcionamento, pois, como esclarecem van Dick, Poell e de Wall (2018, p. 4),

Governos, empresas estabelecidas (pequenas e grandes), empreendedores individuais, organizações não governamentais, cooperativas, consumidores e cidadãos, todos participam da formação das práticas econômicas e sociais da sociedade de plataforma.

De forma resumida, a sociedade de plataforma ou a plataformização da vida social na contemporaneidade pode ser explicada como “a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida.” (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020, p. 5). Van Dijck, Poell e De Wall (2018), ao longo da obra *The platform Society: public values in a connective world*, destacam que a plataformização afeta inúmeros setores da sociedade, como os transportes, os sistemas de saúde, a comunicação e, inclusive, a educação, a qual, uma vez submetida a essa lógica, distancia-se de ideais clássicos no campo educacional como a *Bildung*, a autonomia docente, a igualdade de acesso e de oportunidades, pois a educação plataformizada é vista como uma dentre tantas outras possibilidades de lucrativos negócios no portfólio das *big techs*.

Um dos pontos que geram aderência ao uso das plataformas na educação é a personalização obtida mediante a datificação. Por meio da coleta automatizada de dados e do processamento algorítmico desses dados, as empresas são capazes de ofertar sistemas educacionais que consideram de forma impressionante a individualidade de cada aluno (preferência de assuntos, fragilidades em atividades, gostos por determinados desafios, níveis de *stress*), frequentemente potencializando seu desempenho; ao mesmo tempo, frente a um vasto banco de dados, essas empresas também ofertam e comercializam ‘soluções educacionais’ para instituições públicas e privadas (VAN DIJCK; POELL; DE WALL, 2018). Já os profissionais da educação, em especial os docentes, frente à plataformização da educação, são

pressionados para reformular seus métodos de ensino, concepções pedagógicas, planejamentos de atividades e espaço de atuação, exigindo-se, destes profissionais, novas maneiras/posturas, capitaneadas pelo uso e pela lógica das plataformas.

No contexto mais específico da leitura e da leitura literária, na medida em que a leitura passa a ser plataformizada - o que ocorre de forma mais institucionalizada nas plataformas de ensino e de forma mais livre nas demais plataformas que dominam a rede -, também o acesso aos livros e a outros materiais de leitura é mediado pelas mecânicas das plataformas digitais. Dentro desses espaços, Morris (2015, p. 446) chamou atenção para o surgimento de um novo tipo de intermediário cultural, não humano, denominado, por ele, de *infomediário*. Nos termos de Morris,

Expandindo a noção de intermediários culturais de Bourdieu para incluir tecnologias como algoritmos, argumento que uma camada emergente de empresas – podemos chamá-las de infomediários – são cada vez mais responsáveis por moldar como o público encontra e experimenta o conteúdo cultural. (2015, p. 446)

Ao olhar para a mediação da leitura, portanto, fica evidente que a presença de sistemas automatizados de recomendação baseados no processamento de dados com inteligência artificial adquire centralidade na produção, distribuição e consumo dos textos em geral, dos livros e de qualquer outro artefato de leitura. Em poucos termos, nas plataformas, com base na lógica da datatificação e da monetização, são os infomediários que definem o que será lido e, em alguma medida, também o modo como o leitor se apropriará dos textos.

Viktor Mayer-Schönberger e Kenneth Cukier (2013, p. 49) nos ajudam a entender como esse processo ocorre quando explicam que, por volta de 1997, Jeff Bezos, fundador e CEO da Amazon, deu início

às discussões sobre como recomendar livros específicos para clientes com base em suas preferências de compras individuais:

Desde o seu início, a Amazon havia capturado uma grande quantidade de dados de todos os seus clientes: o que eles compraram; quais livros eles apenas olharam, mas não compraram, e por quanto tempo eles olharam para esses livros. Que livros eles compraram em uníssono.

Em 1998, o time de Greg Linden, funcionário da Amazon, implementou um sistema de filtragem colaborativa “item a item”, como é conhecida a técnica, tornando as recomendações, de novos livros, extremamente rápidas. Além disso, esse novo sistema também passou a abarcar todas as categorias de produtos, não apenas livros, o que permitiu que a Amazon pudesse recomendar e vender, com base nas interações dos usuários de sua plataforma, outros produtos além de livros.

Para finalizar esta seção, é importante ressaltar que, ao percebermos os algoritmos como os novos mediadores no contexto mais amplo da leitura e da leitura literária, tomamos consciência de que certas técnicas computacionais estão realizando escolhas e determinando as experiências dos sujeitos e dos grupos sociais na rede, exercendo, assim, poder sobre nossas escolhas ao modular e impor restrições ao que consumir e ter acesso. Se, por um lado, a rede ampliou a possibilidade de acesso à informação, por outro, através de mecanismos de controle e sistemas de recomendação, também passou a direcionar conteúdos, modelar condutas e atuar na construção de nossas identidades, mercantilizando produtos culturais como o livro e os demais artefatos de leitura.

Palavras finais

Conforme foi possível perceber a partir da breve e incompleta incursão por alguns campos, áreas e disciplinas onde o conceito

da mediação tem sido mobilizado nos últimos anos, não existe uma perspectiva unificada e de consenso sobre seu significado, tampouco sobre como o conceito deve ser empregado enquanto uma ferramenta teórica e metodológica. Por outro lado, recorrendo a um certo nível de generalização, pode-se afirmar que, em todos esses campos, os fenômenos da mediação recobrem determinados processos, agentes, códigos, linguagens e questões de ordem social e cultural que são capazes de influenciar ou determinar a compreensão, a recepção e o consumo dos artefatos, dos signos, dos textos. No caso da leitura, há inúmeros elementos mediadores que se interpõem entre a produção dos textos, de um lado, e as práticas concretas de leitura, recepção e consumo, de outro: desde os próprios meios em que os textos se materializam, as estruturas e sistemas em que eles são distribuídos até as subjetividades, os repertórios cognitivos e culturais, e os lugares sociais ocupados pelos sujeitos concretos que deles se apropriam.

Independentemente dos aspectos ou elementos presentes em práticas de mediação, é importante reconhecer que a mediação nunca é totalmente invisível ou neutra, mesmo quando há um esforço, por parte de quem produz a mensagem ou o artefato, para que ela desapareça ou se torne transparente. Como demonstramos na primeira seção deste artigo, Platão e Agostinho já tinham plena consciência desse fenômeno, pois, quando se referem ao sistema da escrita, ambos deixam claro que acreditam em sua capacidade de gerar sentidos sobre as mensagens transmitidas, ainda que discordem quanto à natureza desses sentidos. Em poucos termos, a mediação é tão importante na produção dos sentidos quanto as instâncias da produção. Perrotti e Pieruccini (2014, p. 4) assinalam essa importância ao afirmarem que “não há informação ou comunicação sem mediação. E [...], nos tempos atuais, as mediações, ao serem mediatizadas, mediatizaram as rela-

ções sociais, ganhando estatuto que obriga a colocá-las em posição de centralidade epistemológica.”

Referências

- BARBOSA, Juliana Bertucci; BARBOSA, Marinalva Vieira. *Leitura e mediação: reflexões sobre a formação do professor*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.
- BASTOS, Marco Toledo. Medium, media, mediação e mediação: a perspectiva germânica. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (Orgs.). *Mediação & Mídiação*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012, p. 53-78.
- BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. *Remediation: understanding new media*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1998.
- COSSON, Rildo. *Paradigmas do ensino da literatura*. São Paulo: Contexto, 2020.
- DANTAS, José Guibson Delgado. Teoria das Mediações Culturais: Uma Proposta de Jesús Martín-Barbero para o Estudo de Recepção. São Luis, MA: *Anais da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/r12-0015-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- Du GAY, Paul et al. *Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman*. London: Sage, 2003.
- FAIRCLOUGH, H. Rushton. *Horace, Satires, Epistles and Ars Poetica*. London; Cambridge, Massachusetts: William Heinemann Ltd.; Harvard University Press, 1929. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0539:book=1:poem=18&highlight=sit%2Cest%2Cesse%2Cerit%2Cvirtus%2Cmedia%2Csitis%2Cvirtutem%2Cmedium>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- FONSECA, Maria Nilma Goes da; GERALDI, João Wanderley. O circuito do livro e a escola. In: GERALDI, João Wanderley (Org.) *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2011.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, Aracajú, v. 22, n. 1, p. 106-122, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12188/10214>. Acesso em: 21 dez. 2022.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

McLUHAN, Marshall. *Understanding Media: The Extensions of Man*. Cambridge: MIT Press, 1994.

MORRIS, Jeremy Wade. Curation by code: infomediaries and the data mining of taste. *European Journal of Cultural Studies*. Sage, v. 18, n.4-5, p. 446-463, 2015.

OVÍDIO. *As Metamorfoses*. Tradução de David Gomes Jardim Júnior. São Paulo: Ediouro, 1983.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. *Informação & Informação*, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n2p01.

PETIT, Michèle. *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*. São Paulo: Editora 34, 2013.

PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. São Paulo: Editora 34, 2010.

PETIT, Michèle. *A arte de ler ou como resistir a adversidade*. São Paulo: Editora 34, 2009.

PLATÃO. *Fedro ou da beleza*. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

POELL, Thomas.; NIEBORG, David.; José van DIJCK, J. Plataformização. *Revista Fronteiras – Estudos Mediáticos*, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01/60747734>. Acesso em: 03 de nov. 2022.

RODRIGUES, R. H. ROHLING, N. O discurso sobre o professor mediador: uma reflexão sobre produções discursivas de licenciandos

na educação a distância. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 410-432, jul./dez. 2014.

Van DIJCK, Jose.; POELL, Thomas.; DE WAAL, Martinj. *The Platform Society: public values in a connective world*. New York: Oxford, 2018.

ZALIZNIAK, A. A.; IVANOV, V.V.; TOPOROV, V. N. Sobre a possibilidade de um estudo tipológico-estrutural de alguns sistemas semióticos modelizantes. *In: SCHNAIDERMAN, Bóris. Semiótica russa*, São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 81-97.

Recebido em: 16/01/2023

Aprovado em: 01/03/2023